



**Título: Cine Cosme: Cinema Comunitário, Juventude e Transformação Social em Território Periférico de municípios pernambucanos**

Marina Aguiar

Tecnóloga pelo IFPE

marinaguiar99@gmail.com

Cláudia Sansil

Professora Titular da área do Turismo do IFPE

claudiasansil@recife.ifpe.edu.br

**Resumo**

Este estudo apresenta a sistematização e a análise da intervenção sociocultural Cine Cosme, realizada no bairro Cosme e Damião, território periférico entre os municípios de Recife e de Camaragibe. O projeto é concebido como ação extensionista, articulando sessões de cinema comunitário para promover cultura, lazer, protagonismo juvenil e fortalecimento dos vínculos sociais, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A iniciativa parte do entendimento de que o lazer é um direito social, cuja ausência aprofunda desigualdades e influencia negativamente a vida de jovens em contextos de vulnerabilidade, em consonância com Dourado (2022) e corroborado com o diagnóstico deste Trabalho. Nesse sentido, o Cine Cosme busca contribuir para ambientes de convivência, expressão cultural e circulação de conhecimentos, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sobretudo os 4, 11 e 17, ao promover educação não formal, ocupação positiva do território e articulação comunitária. A fundamentação teórica mobiliza o lazer como direito, o cinema comunitário enquanto “ferramenta” de educação crítica, juventude e território, e princípios freirianos de diálogo e da construção coletiva (Dumazedier, 2001). Destaca-se a cultura como dimensão estruturante na cidadania e atua como mecanismo de prevenção social da violência ao fortalecer vínculos, criar espaços de escuta e promover pertencimento (Abramovay, 2022). Assim, o cinema, ao ser apropriado pela comunidade, torna-se meio de formação sensível e reflexiva, ampliando repertórios culturais e identitários. Tal proposta pode ser expandida em espaços, como, por exemplo, no Extremo Norte do País, com películas as quais valorizem a cultura local, estimule a divulgação da produção nacional e possibilite a revelação de novos talentos ao audiovisual, como temos assistido na última década por produções nativas sendo reverberadas no Brasil; permitindo que os brasileiros conheçam melhor sua Pátria. A metodologia adotada: pesquisa-intervenção, com enfoque qualitativo e caráter participativo, envolvendo diagnóstico territorial, pesquisa bibliográfica e aplicação de questionário online destinado aos moradores; cujo tempo de coleta ocorreu entre 28/07 e 06/08, com 119 respostas. Os dados mapearam interesses culturais, percepções sobre políticas públicas, preferências cinematográficas, sugestões de atividades e disponibilidade para voluntariado, produzindo base para orientar decisões: educativas e curadoria do Cine Cosme. A análise dos dados foi realizada de forma descritiva e interpretativa, permitindo identificar demandas socioculturais e potencialidades locais. Os achados demonstram um território marcado por desigualdades

socioeconômicas, falta de equipamentos culturais e percepções negativas sobre a atuação do poder público (95%). Ao mesmo tempo, revelam desejo de participação comunitária: 83% dos respondentes aprovaram o Cine Cosme, 90,8% e 45,3% se disponibilizaram como voluntários. Os gêneros cinematográficos mais solicitados incluíram comédia, filmes culturais e produções pernambucanas. Os impactos esperados incluem fortalecimento do sentimento de pertencimento, protagonismo juvenil por meio da participação na curadoria e na gestão das atividades, criação de ambiente de convivência segura e acesso ampliado à produção audiovisual brasileira. Conclui-se que o Cine Cosme constitui uma prática potente de cinema comunitário e intervenção cultural, demonstrando que ações de baixo custo, quando fundamentadas em metodologias participativas, podem gerar impactos significativos na vida social, educativa e cultural de territórios periféricos.

Palavras-chave: cinema comunitário; lazer; território; protagonismo juvenil; cultura.

### **Referências**

- ABRAMOVAY, M. et al. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO/BID, 2002.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- DOURADO, J. V. L. *Avaliação da qualidade da atenção primária à saúde do adolescente*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.
- DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 32. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.